

PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER  
ANA CLAUDIA BEPPU

*Coordenadores*

PROTEÇÃO DE DADOS  
PESSOAIS NO BRASIL

UMA NOVA VISÃO A PARTIR  
DA LEI Nº 13.709/2018

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1143632

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

P123 Proteção de dados pessoais no Brasil: uma nova visão a partir da Lei nº 13.709/2018 / Paulo Marcos Rodrigues Brancher, Ana Claudia Beppu (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

324 p.; 14,5cm x 21,5cm.  
ISBN: 978-85-450-0647-3

1. Direito Empresarial. 2. Proteção de Dados. 3. Direito Constitucional.  
I. Brancher, Paulo Marcos Rodrigues. II. Beppu, Ana Claudia. III. Título.

CDD: 341.46  
CDU: 346.2

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRANCHER, Paulo Marcos Rodrigues; BEPPU, Ana Claudia (Coord.). *Proteção de dados pessoais no Brasil: uma nova visão a partir da Lei nº 13.709/2018*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 324p. ISBN 978-85-450-0647-3.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
------------------	----

## PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: EVOLUÇÃO DO CENÁRIO LEGISLATIVO NO BRASIL

<b>Gabriella G. L. de Salvio, Sandra Rogenfisch, Roberta Ladeira .....</b>	<b>15</b>
--	-----------

1	Introdução .....	15
2	Contexto internacional .....	18
3	A privacidade e a proteção de dados no Brasil antes da LGDP .....	23
3.1	Constituição Federal .....	24
3.2	Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) .....	26
3.3	Código Civil (Lei nº 10.406/2002) .....	27
3.4	Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) .....	27
3.5	Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) .....	27
4	Projetos de lei que deram origem à LGPD .....	33
5	PLC nº 53/2018 e Semelhanças com GDPR .....	37
6	Processo de aprovação do PLC nº 53/2018, os impactos dos vetos presidenciais e a edição da MP nº 869/2018.....	47
7	Conclusão .....	56
	Referências .....	58

## PRINCÍPIOS GERAIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS ELENCADOS NO ART. 6º DA LEI Nº 13.709/2018 (LGPD)

<b>Paulo Marcos Rodrigues Brancher, Fabio Ferreira Kujawski, Ana Carolina Heringer Costa Castellano.....</b>	<b>63</b>
--	-----------

1	Introdução .....	63
2	Lei nº 13.709/2013 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).....	66
3	Princípios da LGPD .....	69
3.1	Finalidade e Adequação .....	70
3.2	Necessidade .....	72
3.3	Livre Acesso e Transparência .....	74
3.4	Qualidade dos dados e não discriminação.....	76
3.5	Segurança e Prevenção .....	79
3.6	Responsabilização e Prestação de Contas.....	81
4	Conclusão .....	83
	Referências.....	84

## DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

<b>Raphael de Cunto, Larissa Galimberti, Marcel Leonardi</b> .....	87
1 Introdução e conceitos.....	87
1.1 Titular.....	87
1.2 Dado pessoal.....	88
1.3 Tratamento.....	88
1.4 Agentes de tratamento.....	88
1.5 Encarregado.....	89
1.6 Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).....	89
2 Direitos assegurados aos titulares.....	90
2.1 Titularidade dos dados pessoais.....	90
2.2 Direitos em relação ao controlador.....	91
2.2.1 Direito de confirmação do tratamento.....	91
2.2.2 Direito de acesso.....	91
2.2.3 Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.....	93
2.2.4 Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados.....	93
2.2.5 Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto....	94
2.2.6 Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular.....	95
2.2.7 Uso compartilhado de dados.....	96
2.2.8 Possibilidade de não fornecer consentimento.....	96
2.2.9 Revogação do consentimento.....	97
2.3 Direito de petição.....	97
2.4 Direito de oposição.....	98
3 Revisão de decisões automatizadas.....	98
4 Utilização de dados e exercício regular de direitos.....	99
5 Tutela judicial dos direitos.....	100

## OS FUNDAMENTOS LEGAIS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: OS INCISOS I E IX DO ARTIGO 7º DA LEI

Nº 13.709/2018

<b>Ana Claudia Beppu, Tomás Filipe Schoeller Ribeiro Paiva</b> .....	101
1 Introdução.....	101
2 A legitimidade do tratamento como <i>conditio</i> para flexibilização da regra protetiva.....	102
3 Do consentimento.....	106
4 Do tratamento a partir de <i>legítimos interesses</i> do controlador ou de terceiros.....	109
5 Conclusão.....	120
Referências.....	121

PROTEÇÃO DE DADOS E DIREITO DA CONCORRÊNCIA:  
A PRIVACIDADE COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO

<b>Daniel Douek, Ricardo Pastore, Bruno Renzetti</b> .....	123
1 Introdução .....	123
2 O protagonismo dos dados na economia do século XXI.....	125
3 As novas diretrizes para proteção de privacidade da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira – Lei nº 13.709/2018 .....	127
4 A incorporação da privacidade no direito da concorrência: um diferencial competitivo.....	131
5 A intersecção entre direito da concorrência e privacidade: como as autoridades se posicionam? .....	133
6 Conclusão .....	142
Referências .....	144

INTERSECÇÃO ENTRE DEFESA DA CONCORRÊNCIA E  
PROTEÇÃO DE DADOS: PONTOS PARA REFLEXÃO

**Marcio Dias Soares, Ana Carolina Bittar**

1 Introdução .....	147
2 Dinâmica concorrencial da <i>data-driven economy</i> .....	148
3 Os impactos da LGPD .....	158
4 Conclusão .....	162
Referências .....	162

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DAS  
RELAÇÕES DE TRABALHO

**Cibelle Linero Goldfarb, José Eduardo de V. Pieri** .....

1 Introdução .....	165
2 Tratamento de dados pessoais no âmbito das relações de trabalho... 168	
2.1 Antes do início da vigência da Lei nº 13.709 – Lei de Proteção de Dados Pessoais.....	168
2.2 Após início da vigência da Lei nº13.709 – Lei de Proteção de Dados Pessoais.....	171
3 Hipóteses para tratamento de dados pessoais.....	173
4 A proteção de dados pessoais na relação de emprego .....	179
4.1 Dados pessoais dos empregados comumente acessados pelo empregador.....	179
4.2 Coleta e tratamento de dados pessoais em processo de recrutamento e seleção .....	180
4.3 Contratação e coleta de dados.....	183

4.4	Transferência de dados pessoais para terceiros .....	184
4.5	Investigações internas x legítimo interesse .....	186
4.6	Término do contrato de trabalho e manutenção dos dados pessoais... 187	
4.7	Consentimento do empregado .....	188
5	Conclusão .....	189
	Referências .....	190

## TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DO SERPRO

**Mateus Piva Adami, Daniel Douek, Natalia Langenegger,**

**Isabela de Oliveira Parisio, Pedro Farias** .....

1	Introdução .....	193
2	Serpro: serviços oferecidos com tratamento de dados .....	197
3	Investigação contra o Serpro iniciada pelo Ministério Público do Distrito Federal .....	210
4	Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: os impactos da LGPD .....	212
5	Reflexões preliminares sobre o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público .....	217
6	Conclusão .....	222
	Referências .....	223

## TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS: ANTECEDENTES MUNDIAIS E SUA APLICAÇÃO NA LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

**Ana Paula Bialer, Priscila Couto** .....

1	Introdução .....	225
2	Histórico dos instrumentos legais internacionais e regionais sobre transferência internacional de dados .....	227
2.1	OCDE e Conselho da Europa .....	227
2.2	APEC Privacy Framework .....	229
3	A LGPD e sua inspiração na legislação da União Europeia .....	232
3.1	A LGPD e a transferência internacional de dados.....	233
3.2	Bases legais para a transferência internacional de dados: adequação e garantias oferecidas pelo controlador .....	234
3.3	Demais bases legais para a transferência internacional de dados.....	239
4	Conclusão .....	240
	Referências.....	241

## MECANISMOS PROCESSUAIS PARA TUTELA DA PRIVACIDADE E DOS DADOS PESSOAIS A PARTIR DA LGPD

**João Carlos Zanon, Thiago Silveira Antunes, Leticia Caroline Méo** ..... 243

1	Introdução .....	243
2	A nova tutela jurídica da privacidade frente à LGPD.....	251
3	Os mecanismos processuais.....	261
4	Proteção processual no plano coletivo .....	261
5	Proteção processual no plano individual .....	265
6	Conclusão .....	268
	Referências.....	270

## ACCOUNTABILITY E RESPONSABILIZAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS

**Ricardo Barretto Ferreira da Silva, Camila Taliberti Ribeiro da Silva, Juliana Sene Ikeda, Lorena Pretti Serraglio** ..... 273

1	Introdução .....	273
2	Aspectos gerais de <i>accountability</i> .....	274
3	Indicação de um encarregado pelo tratamento de dados pessoais ...	280
4	Registro das operações de tratamento .....	283
5	Segurança e <i>Privacy by Design</i> .....	284
6	Relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPDP) .....	287
7	Notificação em caso de incidente de insegurança .....	289
8	Boas práticas e governança de privacidade.....	290
9	Conclusão .....	292
	Referências .....	293

## ENFORCEMENT DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SANÇÕES

**Eduardo Hayden Carvalhaes Neto, Karen Mentzingen Coutinho** ..... 295

1	Breves considerações iniciais sobre a relevância das sanções administrativas para a eficácia da lei .....	295
2	Sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados .....	297
2.1	Comentários às sanções previstas na LGPD .....	297
2.2	Sanções vetadas: suspensão e proibição do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais e do funcionamento do banco de dados.....	301
3	Dosimetria das sanções administrativas.....	302
3.1	Princípio geral aplicável à Administração Pública.....	302
3.2	Regras previstas na LGPD .....	304
3.3	A gradação da sanção no âmbito de agências reguladoras .....	306

4	Competência para aplicação da LGPD.....	308
4.1	Veto inicial à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)...	308
4.2	Criação da Autoridade Nacional .....	309
4.3	O valor de uma autoridade sancionadora para a eficácia da LGPD...	311
4.4	A importância de uma autoridade independente .....	314
5	Conclusão .....	317
	Referências.....	318
	SOBRE OS AUTORES.....	321